

GLOBALIZAÇÃO PRODUTIVA:
O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE)
PARA A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90¹

CHRISTIANE LUCI B. ALVES²
ELIVAN ROSAS RIBEIRO³

Resumo: Este artigo descreve algumas das transformações do sistema capitalista dos últimos vinte anos e as suas significativas interferências na concorrência internacional. Os capitais respondem aos atuais desafios da nova ordem econômica, respaldada por um aparato de inspiração liberal, procurando desenvolver novos padrões de eficiência e competitividade. Estes novos padrões apelam para um aprofundamento do processo de desregulamentação das economias nacionais, que vêm se tornando, cada vez mais, dependentes do sistema financeiro mundial. Nesse cenário, constata-se que os países em desenvolvimento vêm atraindo parcelas crescentes de investimentos estrangeiros. No Brasil, assistiu-se a uma entrada expressiva de investimentos estrangeiros, principalmente, por meio das privatizações, que o transformaram num dos principais pólos de atração do IDE.

Palavras-chave: economia mundial, globalização, IDE.

Classificação JEL: F21, F29, F02.

¹ Recebido em 3/2/2002. Liberado para publicação em 16/6/2003.

² Mestranda em Economia da UFPB – Campus I e professora da Universidade Regional do Cariri – URCA (Ceará).

³ Doutora em Economia pela UTL e professora dos Departamentos de Economia da UFPB e da Universidade Técnica de Lisboa – UTL.

PRODUCTIVE GLOBALIZATION AND FOREIGNS DIRECT
INVESTMENTS IN 90 TIES IN BRAZILIAN ECONOMY

Abstract: The present communication aims to identify the dimension of the newest phenomena, witch are presented as the main tendencies of the world economy. The state-of-art of the world economy, the groud of the international trade relations, the repercussion of the current stage of the world market globalization in the Brazilian economy, with special emphasis on the foreign directs investments into Brazil.

Key-words: economic world, globalization, foreign direct investment.

JEL classification: F21, F29, F02.

1. Introdução

Nos últimos anos, particularmente na década de 80, o sistema capitalista é marcado por um “conjunto de transformações das forças produtivas, das relações sociais de produção, dos sistemas institucionais e ideológicos” (Santos, 1983, p. 14), que configuram um amplo processo de ajuste à economia mundial em correspondência com o atual estágio de globalização.

Essas transformações, embora tenham sido gestadas nos anos 60 e 70, têm alcance e dimensões melhor percebidos e avaliados nos anos 80.

Quanto ao conceito de globalização, muito embora não goze de uniformidade teórica, dadas suas dinâmica e complexidade, constitui-se como um fenômeno de múltiplas dimensões, tendo profundos reflexos nas esferas comercial, financeira, produtiva, tecnológica, entre outras. É, no entanto, consensual que essas transformações globais interferem significativamente na concorrência internacional, forçando a busca de novos padrões de eficiência e competitividade.

Esse processo encontra-se respaldado por um aparato de inspiração liberal, o qual tem induzido as economias nacionais a um acelerado processo de desregulamentação, aberturas comercial

e financeira, privatizações, disciplina fiscal e eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro.

No campo financeiro, por exemplo, observa-se, nas últimas décadas, a manifestação de três processos marcantes (Gonçalves et al., 1998; Lacerda, 1999): expansão espetacular do movimento internacional de capitais; maior integração dos sistemas financeiros mundiais; acirramento da concorrência nos mercados internacionais de capitais; e avanço da internacionalização da produção de serviços financeiros.

Simultaneamente, a esfera produtiva é caracterizada por extraordinária expansão do processo de internacionalização da produção, aumento da concorrência nos mercados produtivos e forte integração das estruturas produtivas nacionais e dos mercados locais (Gonçalves et al., 1998; Lacerda, 2000). Destaca-se, assim, um significativo incremento nos fluxos de investimento direto estrangeiro.

Esses fenômenos não podem ser vistos de forma dissociada. Para Lacerda (1999), verifica-se profunda sintonia entre a globalização financeira e o espetacular crescimento do fluxo mundial de IDE, que ganha atenção na década de 80. Segundo o autor, “a globalização financeira dos anos 80 tornou-se uma pré-condição para que tivesse ocorrido uma explosão dos investimentos diretos produtivos consentâneos à mudança de paradigma tecnológico no período” (Lacerda, 1999, p. 35).

Dessa forma, a expansão do investimento direto estrangeiro tem sido maior do que o desempenho do crescimento econômico e das exportações em nível mundial. Entre 1991 e 1996, enquanto o PIB e as exportações mundiais crescem a taxas de 6,4% e 7,4%, respectivamente, o fluxo de IDE cresce a uma taxa de 17,1% (WIR – World Investment Report, 1997).

Nesse cenário, os países em desenvolvimento vêm atraindo parcelas crescentes desse tipo de investimento. Em nível de conjuntura mundial, no início da década de 90, particularmente no triênio 1990-1992, as economias desenvolvidas são marcadas por um ciclo recessivo que determina a adoção de políticas econômicas caracterizadas pelo “afrouxamento monetário-creditício”. Como resultado, observa-se significativa redução das taxas de juros internacionais e

os mercados emergentes vão se constituir em importante alternativa de aplicação para os capitais internacionais (Coutinho et al., 1999).

Acompanhando a tendência mundial, a economia brasileira aparece como uma das economias mais afetadas pelo movimento internacional de IDE, figurando na lista dos principais receptores desse tipo de investimento. Destaca-se a segunda metade da década de 90, marcada pela espetacular penetração de capital estrangeiro no Brasil, coincidentemente com as grandes transformações provocadas pela onda de privatizações e pela consolidação do processo de abertura.

Dada a magnitude desse movimento de capitais, objetiva-se com esse trabalho identificar qual o peso e o perfil do IDE para o Brasil na década de 90, quais os determinantes da inserção brasileira nos fluxos de investimentos produtivos e quais as possíveis limitações e riscos dessa onda de penetração estrangeira no Brasil.

Para a consecução dos objetivos, este trabalho estrutura-se em quatro seções, além dessa introdução. Na segunda seção, levantam-se as principais características do IDE em nível mundial e procura-se identificar qual o perfil desse tipo de investimento na economia brasileira. Na terceira, investigam-se quais os principais determinantes da entrada do IDE no Brasil. Na quarta, apresentam-se alguns riscos e limitações para o caso do Brasil. Por fim, são revistas algumas considerações finais deste trabalho.

2. O recente comportamento do IDE na economia mundial e na economia brasileira

Conforme referido, uma das principais características da globalização econômica é o crescimento global do fluxo de IDE, que tem apresentado recordes sucessivos nos últimos anos.

Em dados de 1998, observa-se que o total mundial de IDE atinge cerca de US\$ 643,9 bilhões, sendo os EUA e a Europa ocidental responsáveis por 66,9% da absorção do investimento direto realizado naquele ano (tabela 1). No ano de 1999, o montante de investimentos realizados atinge a cifra recorde de US\$ 827 bilhões, o que representa um aumento de 28% em relação ao ano anterior.

**Tabela 1 – Investimentos estrangeiros diretos ingressos em 1998
Distribuição por países e regiões (em milhões de dólares e %)**

Total mundial	US\$ 643.879	País/Total mundial (%)
EUA	193.375	30
Canadá	16.500	2,5
Europa ocidental	237.425	36,9
Japão	3.192	0,5
Outros desenvolvidos	25.231	5,5
Países em desenvolvimento	165.936	25,8
Europa central e oriental	17.513	2,7
China	45.460	7,1
Brasil	28.278	4,5

Fonte: WIR 1999 – World Investment Report – UNCTAD.

Nesse processo, destaca-se que a forma majoritária de realização do IDE são as fusões e aquisições (F & A) transfronteiras, principalmente determinadas pelo novo ambiente competitivo e pelas novas exigências impostas pela economia global. As F & A representam, portanto, a busca de um padrão superior de competitividade e de melhor inserção no mercado global.

Conforme se observa na tabela 2, a participação das F & A aquisições transfronteiras no total de IDE mundial é bastante significativa, atingindo valores superiores a 60% em 1998 e 1999, o que nos leva a inferir que as F & A são fundamentais para o impulsionar o crescimento espetacular do IDE nos últimos anos, o que vem representar a nova fase de ajuste capitalista baseada em grandes corporações transnacionais.

Dentro desse cenário, considera-se que a economia brasileira apresenta um grau muito elevado de internacionalização, fenômeno que se aprofunda durante a década de 90. É necessário ressaltar que essa não é uma manifestação recente. Ao longo do processo de substituição de importações no Brasil, amplia-se consideravelmente

Tabela 2 – Fluxo total de investimentos diretos e de F & A transfronteiras majoritárias no mundo 1990-1999 (US\$ milhões e %)

Ano	IDE mundial	Fusões e aquisições transfronteiras	F & A/IDE mundial (%)
1990	203.812	115.637	56,7
1991	158.936	49.062	30,9
1992	173.765	73.769	42,5
1994	253.506	109.356	43,1
1995	328.862	140.813	42,8
1996	358.864	162.686	45,3
1997	464.341	236.216	50,9
1998	643.879	410.704	63,8
1999	827.000	530.000	64,1

Fonte: WIR 1999 – World Investment Report – UNCTAD.

o papel das empresas transnacionais na economia brasileira. A década de 90, portanto, representa a consolidação e o aprofundamento de uma estratégia há muito implementada no Brasil. A diferença está na intensidade dos fluxos de investimento sem precedentes e nas condições em que esse investimento se realiza (a serem analisadas posteriormente).

De acordo com dados de Matesco et al. (2000), das 500 maiores empresas globais, 405 estão presentes na economia brasileira, o que determina um grau de internacionalização em torno de 20% do PIB (1998).

Além da presença estrangeira no Brasil via setor produtivo, também se observa, nos anos 90, a considerável intensificação dos fluxos de comércio exterior nos diversos setores da economia, com o aumento considerável do coeficiente de penetração de importações, tanto de produtos finais como de produtos intermediários.

Esses fatores fazem da economia brasileira, uma das economias mais internacionalizadas do mundo, principalmente no que se refere à internacionalização da produção.

Os dados de 1990-1996 (Gonçalves et al., 1998) mostram uma nítida mudança na composição da conta de capitais no Brasil. Observam-se: uma tendência de queda na relação investimento de portfólio/saldo da conta de capital, caindo de 65,2% em 1993 para 12% em 1996; um aumento significativo da relação IDE/conta de capital, passando de 3,9% em 1993 para 16% em 1996; uma redução da participação dos empréstimos externos no saldo da conta de capital de 109% em 1993 para 50% em 1996.

As estatísticas sobre a evolução do ingresso de IDE mostram o contínuo crescimento da participação do Brasil, em termos globais (tabela 3). No início da década, o Brasil participava com menos de 1% no ingresso total, percentual que atinge 4,5% em 1998, mesmo após crise asiática em 1997, com ligeira queda para 3,8% em 1999.

Tabela 3 – Investimento Direto Estrangeiro no Brasil e participação no total de investimento mundial 1991-1999 (em US\$ milhões e %)

Ano	Ingresso no Brasil (A)	Ingressos totais no mundo (B)	(C = A/B)
1991	1.095	158.936	0,7
1992	1.748	173.765	1,0
1993	1.294	219.421	0,6
1994	2.589	253.506	1,0
1995	5.475	328.862	1,7
1996	10.496	358.864	2,9
1997	18.745	464.341	4,0
1998	28.718	643.879	4,5
1999	31.377	827.000	3,8

Fonte: WIR 1999 – World Investment Report – UNCTAD.

Esses resultados colocam a economia brasileira entre as principais receptoras de IDE do mundo. O Brasil que em 1996 ocupava a sétima posição no ranking mundial (Matesco et al., 2000), em 1998 aparece como o quinto maior receptor de IDE no mundo, perdendo apenas para a China entre os países em desenvolvimento e liderando o ranking entre as economias da América Latina.

**Tabela 4 – Principais países receptores de IDE
1998 (em US\$ bilhões)**

Rank.	Total mundial		Países em desenvolvimento	
	País	US\$	País	US\$
1	EUA	193,4	China	45,5
2	Reino Unido	63,1	Brasil	28,7
3	China	45,5	México	10,2
4	Holanda	31,9	Cingapura	7,2
5	Brasil	28,7	Tailândia	7,0
6	França	28,0	Argentina	6,0
7	Bélgica	20,9	Coréia	5,1
8	Alemanha	19,9	Polônia	5,1
9	Suécia	19,4	Chile	4,8
10	Canadá	16,5	Venezuela	3,7

Fonte: Matesco et al. (2000).

Outro fator referente ao ciclo recente de IDE para a economia brasileira mostra o significativo aumento das relações IDE e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e IDE/PIB (tabela 5). Porém, a relação FBCF/PIB permanece praticamente estagnada, o que, segundo Laplane et al. (2000), evidencia que os novos investimentos não se destinam à formação de nova capacidade produtiva, como será explorado na seção 4 deste trabalho.

Tabela 5 – IDE na economia brasileira em percentagem da FBCF e do PIB 1990-1999

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999*
FBCF/PIB	15,5	15,2	14,0	14,4	15,3	16,6	16,5	17,9	17,4	17,2
IDE/FBCF	1,2	1,6	2,9	1,2	2,4	3,7	7,8	11,9	19,0	31,1
IDE/PIB	0,2	0,2	0,4	0,2	0,4	0,6	1,3	2,1	3,4	5,4

Fonte: Laplane et al. (2000).

* Dados até setembro de 1999.

Uma análise mais detalhada do IDE no Brasil mostra que as F & A são a forma majoritária de ingresso de IDE na economia brasileira (tabela 6), acompanhando a tendência observada em nível mundial, e que as mesmas têm apresentado crescimento extraordinário a partir de 1995, associadas às transformações pelas quais passa a economia brasileira nesse período, conforme analisado a seguir.

Ainda a partir dos dados da tabela 6, observa-se a crescente participação do capital estrangeiro no processo de fusões e aquisições do mercado brasileiro, confirmando a tendência de internacionalização da economia brasileira anteriormente referida. O peso do capital estrangeiro no número de fusões, aquisições e *joint ventures* já é maior que o peso do capital nacional a partir de 1994, tendência que permanece em toda segunda metade da década de 90.

Com relação à composição setorial do IDE na década de 90, constata-se que até 1995 a indústria de transformação era o principal destino do IDE para o país, com 55% do estoque de investimentos (tabela 7). O setor de serviços apresentava um percentual de 43,4% e o setor primário correspondia a 1,6%. A partir de 1995, observa-se nítida mudança na destinação do IDE e o setor de serviços passa a ser o principal canal de atração, em detrimento do setor industrial, motivado pelo profundo processo de privatizações implementado nesse período, conforme se observa na seção a seguir.

Tabela 6 – Fusões e aquisições transfronteiras no Brasil – participação no ingresso de IDE e número de transações no mercado brasileiro (em US\$ milhões)

Ano	Ingresso no Brasil (A)	F & A transfronteiras (B)	C = B/A	Nº total* (D)	Capital doméstico (E)	Capital estrangeiro (F)
1992	1.748	67	3,8	58	37	21
1993	1.294	392	30,3	150	82	68
1994	2.589	1.084	41,9	175	81	94
1995	5.475	8	0,1	212	82	130
1996	10.496	1.458	13,9	328	161	167
1997	18.745	3.112	16,6	372	168	204
1998	28.718	10.381	36,1	350	150	200
1999	31.377	21.282	67,8	142	42	100

Fonte: (A) e (B) – WIR 1999 – World Investment Report – UNCTAD; (D), (E), (F) – Lacerda (1999b).

* No total de fusões, aquisições e *joint ventures* no mercado brasileiro, que envolve capital doméstico e capital estrangeiro.

Em 1996, 76% do fluxo de IDE destinava-se ao setor de serviços e, em 2000, esse percentual corresponde a aproximadamente 81%. Destaque para o pico de investimentos no setor de serviços em 1997 (87,5%). A indústria, que em 1996 absorvia 22,7% do fluxo total de IDE, passa a absorver 17% em 2000.

Matesco et al. (2000, p. 124) enfatizam que, no caso da indústria, os setores que mais recebem investimentos diretos nos últimos anos, setores automobilístico e químico, “já apresentavam elevada presença de capital estrangeiro”. Dessa forma, “(...) o recente ciclo de IDE concentrou-se em setores industriais já bastante internacionalizados e em setores de serviços em que a presença de capital estrangeiro fora historicamente irrisória”. Destaca-se que, em grande parte, estes setores e serviços tinham forte presença estatal até as privatizações.

Tabela 7 – Composição setorial do fluxo de IDE para o Brasil (%)

	1995*	1996	1997	1998	1999**	2000**
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1,62	1,44	2,98	0,61	1,53	2,17
Indústria	55,03	22,70	13,30	11,89	25,40	17,03
Fabr. produtos alimentícios e bebidas	5,48	2,43	2,11	0,57	4,50	3,26
Fabr. de produtos químicos	11,16	2,89	2,40	1,53	4,61	3,74
Fabr. produtos minerais não-metálicos	1,92	2,54	1,36	0,36	1,05	0,22
Metalurgia básica	6,03	0,39	0,00	0,51	0,41	0,82
Fabr. máquinas e equipamentos	4,87	2,34	1,35	0,75	0,32	1,94
Fabr. mat. eletrôn. e equip. de comunicação	1,39	0,81	1,21	1,13	1,89	2,19
Serviços	43,36	75,86	83,72	87,50	73,06	80,80
Eletricidade, gás e água quente	0,00	21,22	23,21	9,46	10,77	9,95
Comércio atacado e intermed. comércio	4,95	2,70	4,51	4,68	5,62	2,97
Comércio varej. e repar. de objetos	1,57	5,30	0,55	4,76	4,04	2,21
Correio e telecomunicações	0,46	7,97	5,43	11,02	28,29	36,47
Intermediação financeira	2,95	4,95	10,43	25,42	6,08	21,26

Fonte: Bacen/DEPEC.

* Dados para 1995 equivalentes a estoque.

Dessa forma, outro elemento fundamental para se perceber o perfil do IDE no Brasil dos anos 90 diz respeito ao processo de privatizações, impulsionado a partir do governo Collor, com implementação efetiva e irrestrita a partir de 1995, no governo de FHC.

Segundo Lacerda (1999b), as privatizações geraram entre 1991 e 1999 um montante acumulado de US\$ 71,9 bilhões. Esse processo ocorre, de início, em empresas industriais, onde a participação estrangeira é pouco significativa (aeronáutica, minérios, siderurgia, química, petroquímica, fertilizantes). Em uma segunda etapa, a estratégia de investimento estrangeiro volta-se para a compra de ativos estatais privatizados nas áreas de energia, água, gás, telecomunicações e instituições financeiras (Barroso & Melo, 2000).

Dentro do processo de privatizações, os dados revelam expressiva participação do capital estrangeiro, que contribui com 43% do total arrecadado no período de 1991-1999 (tabela 8). Destaque para as participações dos EUA, Espanha e Portugal, que juntos perfazem 33,5% daquele total.

Constata-se, portanto, que nos últimos anos, o Brasil transformou-se num dos principais pólos de atração do IDE, talvez como resultado direto das reformas implementadas no início dos anos 90, por meio de cinco eixos principais: estabilização de preços, abertura ao exterior, reforma do sistema financeiro, reforma constitucional e consolidação das privatizações.

3. Determinantes do fluxo de IDE para o Brasil na década de 90

Diante do excepcional crescimento da penetração de IDE no Brasil é necessário investigar seus determinantes.

Embora a conjuntura internacional favorável tenha sido uma condição necessária para a entrada de capitais no período, a mesma não é condição suficiente. Em nível de economia brasileira, como referido na seção anterior, existe um conjunto de bases internas que necessita ser avaliado mais detalhadamente.

Na visão oficial do governo, esse fenômeno estaria associado, fundamentalmente, à estabilidade macroeconômica pós-implementação do Plano Real e ao conjunto de reformas

Tabela 8 – Participação do investidor estrangeiro nas privatizações brasileiras 1991-1999 (em US\$ milhões e %)

País	US\$ milhões	%
EUA	11.066	15,4
Espanha	8.089	11,3
Portugal	4.882	6,8
Itália	1.362	1,9
Chile	1.006	1,4
Bélgica	880	1,2
Inglaterra	715	1,0
Canadá	692	1,0
Suécia	599	0,8
França	580	0,8
Holanda	415	0,6
Coréia	265	0,4
Japão	264	0,4
Argentina	159	0,2
Alemanha	75	0,1
Outros países	506	0,7
Participação estrangeira	31.556	43,9
Total	71.890	100,0

Fonte: Lacerda (1999b).

modernizantes imprimidas à economia que acompanharam esse programa, com destaque para a liberalização comercial, o aprofundamento do processo de privatizações e o fortalecimento do Mercosul (BNDES, apud Comin, 2000).

Na crítica a essa visão, acredita-se que esse conjunto de mudanças vai alterar o perfil da concorrência no Brasil, o que Comin se

refere como “mudança de regras do jogo competitivo”. Essas alterações e os fatores institucionais ligados às mesmas teriam maior poder de explicação, enquanto determinantes do IDE, em relação aos fatores de ordem produtiva e macroeconômica.

Tentemos examinar o que estaria por trás de alguns desses fatores e qual a associação com o IDE no Brasil na década de 90.

Examinemos, de início, o suposto equilíbrio macroeconômico pós-implementação do Plano Real e a confiança na economia brasileira pós-estabilização.

É inegável que o resultado imediato do programa de estabilização foi o rápido processo de desinflação de preços. O governo passa a utilizar a política comercial como parte da estratégia de estabilização e aprofunda-se a abertura econômica iniciada no final dos anos 80 e implementada no governo Collor. Soma-se a isso a forte apreciação cambial e o conseqüente aumento das importações, o qual exerce pressão negativa sobre o nível geral de preços. O efeito inicial é a expansão considerável da demanda, a partir da explosão do consumo, especialmente de bens duráveis.

Ainda em 1994, verifica-se uma clara mudança na conjuntura internacional. Observa-se um aumento nas taxas de juros norte-americanas, com sério efeito sobre as condições de financiamento dos países em desenvolvimento. A partir da crise cambial mexicana torna-se impossível manter a trajetória de crescimento delineada nos primeiros meses de implementação do real, o que determina mudança na condução da política econômica brasileira (Coutinho et al., 1999).

As medidas adotadas envolvem aumento significativo das taxas domésticas de juros e uma intensa restrição ao crédito, com rápida conseqüência no desaquecimento da economia.

Dessa forma, a estabilização completa, com equilíbrio macroeconômico não é atingida e a economia passa a apresentar dois graves desequilíbrios; expressivo déficit no balanço de transações correntes, aprofundado pelo desequilíbrio na balança comercial; e grave desequilíbrio do setor público.

Logo, “difícilmente pode se atribuir ao equilíbrio interno um papel determinante na entrada de IDE no Brasil” (Gonçalves, apud Comin, 1999, p. 3), tampouco atribuir a atração do investimento

externo ao dinamismo da economia brasileira, como historicamente ocorrera em períodos anteriores. Ao contrário, os desdobramentos da política implementada, em termos de seus desequilíbrios, podem estar associados ao fluxo de IDE para o Brasil.

Como destacam Gonçalves et al. (1998), “os resultados medíocres e instáveis” da economia brasileira teriam imposto dificuldades ao setor privado do país. O preço dos ativos produzidos teria ficado relativamente mais baixo, representando um estímulo para aquisições de empresas nacionais em dificuldades pelas empresas estrangeiras, o que de certo modo explica o crescimento das F & A no período. Esse aspecto é enfatizado por Matesco et al. (2000, p. 118), ao destacarem que “os preços dos ativos nacionais foram mais do que atraentes, resultando na ampliação do interesse estratégico dos investidores estrangeiros”.

A estagnação do crescimento do mercado, associada aos elevadíssimos patamares da taxa de juros, representaria um limite para a expansão e sobrevivência de algumas empresas nacionais, abrindo espaço para a penetração das empresas estrangeiras, favorecendo o chamado processo de “desnacionalização”.

Conforme referido, a significativa valorização da moeda, já nos primeiros meses de implementação do real, associada à abertura econômica eleva significativamente o coeficiente de importações, que teria causado certo processo de “desindustrialização” em alguns setores da economia. Como enfatizam Coutinho et al. (1999, p.70), observa-se:

(...) forte processo de substituição de insumos locais por importados, fechamento de linhas de produção e de unidades fabris inteiras; (...) em muitos setores, ocorre uma rápida desnacionalização da indústria, dado que as empresas brasileiras financeiramente mais frágeis foram colocadas em condições desiguais de competição.

Com relação ao processo de abertura e o impulso ao investimento, Comin (2000, p. 4) destaca que, *a priori*, as empresas nacionais são levadas a investir para fazer frente a entrada de novos concorrentes. Porém, a abertura permite a importação de bens de capital em condições mais vantajosas, implicando “muito mais uma

substituição de bens de capital nacionais por estrangeiros do que uma ampliação efetiva do investimento em capacidade produtiva”, visto em termos de curto prazo.

Na verdade, o processo de abertura, de acordo com Barroso et al. (2000), surpreende os empresários brasileiros com “estoque de capital desatualizado; insuficiente economia de escala para competir nos mercados internacionais; acesso restrito aos mercados internacionais de capital e de produtos; novas exigências de seus clientes”. Como consequência, muitas firmas se colocam à venda ou buscam associação com empresas estrangeiras, favorecendo o processo de F & A, o qual, como foi referido, tem papel primordial no fluxo de IDE para o Brasil.

Outro importante fator que pode ser associado ao crescente ingresso de IDE para a economia brasileira é destacado por Comin (2000) e diz respeito à forma de regulação do capital no Brasil, que muda de forma significativa nos anos 90, reforçando o que o autor chama de “mudança nas regras do jogo competitivo”.

O início da década de 90 é marcado por uma série de transformações estruturais, com destaque para a profunda liberalização comercial e financeira, às quais já se fez referência. No campo comercial, observam-se fortes reduções de tarifas e eliminação de barreiras não-tarifárias, o que teria contribuído para a elevação dos coeficientes de importação anteriormente referida. No campo financeiro, verifica-se uma significativa eliminação das restrições à atuação do capital estrangeiro, em território nacional, com forte suspensão das restrições à saída de capital (remessa de lucros, pagamentos por tecnologia entre filial e matriz estrangeira, entre outros).

Ainda segundo Comin (2000), particularmente após a Revisão Constitucional de 1995, é inaugurada uma série de modificações institucionais que tem papel decisivo na entrada de capitais estrangeiros na economia brasileira. É estabelecido o fim da distinção entre capital nacional e estrangeiro, que permite livre acesso das empresas estrangeiras ao sistema oficial de créditos e a qualquer forma de subsídio estatal. É garantida a abertura de setores de interesse do capital estrangeiro, como cabotagem, telecomunicações, mineração e petróleo. Garante-se, ainda, “a

abertura das operações em bolsa e de alguns mercados de renda fixa ao capital estrangeiro e a eliminação ou redução de tributos sobre operações financeiras” (Coutinho et al., 1999, p. 65). Portanto, são eliminados diversos tipos de reserva de mercado, facilitando a entrada de capital estrangeiro, até mesmo em setores estratégicos nacionais.

Assim, não apenas a livre circulação do capital estrangeiro fica garantida, mas são criadas as condições de reprodução desse capital, o que reconfigura o mapa da concorrência dentro da economia brasileira.

Destaca-se, ainda, o processo de desregulamentação do Estado, com a retirada do setor público da esfera produtiva a partir do processo de privatizações, que se constitui num dos principais motores do ingresso do capital estrangeiro no Brasil.

4. IDE no Brasil – limitações e riscos

Entre as características positivas do IDE na economia é apontado o seu papel em face do aumento da produtividade e da renda nacional (Zockun, 2000, p. 103-104). O IDE explora oportunidades de investimento, que não seriam aproveitadas pelo capital nacional por causa da escassez da poupança doméstica. Além disso, “as empresas brasileiras de capital estrangeiro – graças à melhor tecnologia e às formas de gestão mais adequadas – são mais produtivas que as de capital nacional na maioria dos setores”.

Mas, uma série de limitações e riscos pode ser apontada, mesmo por autores que defendem os aspectos positivos do IDE.

Conforme foi referido, o ciclo recente de investimento direto para a economia brasileira está associado, fundamentalmente, ao processo de fusões e aquisições e ao processo de privatizações. Dessa forma, o que se observa é a compra ou a participação em empresas já existentes, representando muito mais a ocupação de mercados já consolidados do que a criação de nova capacidade produtiva (Barroso & Melo, 2000; Comin, 2000; Lacerda, 2000; Zockun, 2000; Laplane et al. 2000).

De acordo com dados do Banco Central, que constroem o perfil aproximado do IDE no Brasil para o período de 1997-2000, observa-

se que 40% do total de investimentos nesse período destina-se às empresas transnacionais já existentes na economia brasileira; 30% destina-se à aquisição de ativos públicos e apenas 10% corresponde à instalação de novas empresas no Brasil. Esse fato também é ressaltado por Laplane et al. (2000, p. 69).

Conforme referido anteriormente, para os autores a maior parte dos investimentos não se destina à ampliação da capacidade produtiva, “fato que explica a FBCF/PIB ter permanecido estável, mesmo com grande aumento do volume de IDE” (tabela 5).

Como as fusões e as aquisições são a forma majoritária da entrada de IDE no Brasil, esse processo poderia contribuir para a centralização de capitais e oligopolização na economia brasileira. Mais do que isso, a estrutura oligopolista traçada tem forte determinação do capital externo.

A verdade é que a entrada de IDE tem provocado “rompimentos nas cadeias de suprimentos então existentes, promovendo a entrada de novos fornecedores, movimentos de desnacionalização e aumento dos coeficientes de importação” (Coutinho et al., 1999, p. 3).

Além disso, a participação das empresas estrangeiras no processo de F & A e de privatização no Brasil, com sua conseqüente consolidação no mercado brasileiro, traz consigo as estratégias de racionalização da produção implementadas em seus países de origem, muito mais desenvolvidas do que as implementadas na economia brasileira, o que pode ter efeitos já no curto prazo sobre a geração de emprego na economia brasileira.

É importante enfatizar que essa crescente participação do capital estrangeiro no Brasil não é um fenômeno recente, conforme já salientado, mas sim uma conseqüência da mudança de estratégia no tratamento ao capital estrangeiro. As estratégias anteriores atuavam no sentido de “mediar a concorrência representada pelas empresas multinacionais com o capital nacional” (Comin, 2000, p. 7), garantindo as condições de reprodução desse capital em determinados segmentos (reservas de mercado, lei de similares, etc.). A estratégia atual elimina qualquer restrição de natureza institucional, dando total garantia de reprodução do capital nacional.

Outro viés do crescimento do IDE no Brasil está no fato de que o mesmo se destina expressivamente ao setor de serviços (principal

foco de atração do investimento estrangeiro). A concentração desses investimentos em setores “no tradeables” poderá facilitar uma remessa futura de lucros e dividendos sem geração de receita de exportação que pode pressionar ainda mais o déficit em transações correntes do Brasil.

Assim, de acordo com Matesco et al. (2000, p. 125): “a restrição externa que se vislumbra, pelo incremento de futuras remessas de lucros e dividendos, somente será amortecida por meio de significativos aumentos das receitas de exportações”.

O problema do Balanço de Pagamentos pode se agravar ao se confirmar a tendência de desaceleração do comércio internacional em curso, a partir da queda nas taxas de crescimento das exportações mundiais e no preço das *commodities* (Lacerda, 2000). Esse agravamento pode também sofrer influência da ausência de uma política de desenvolvimento, com políticas especificamente setoriais, como a política de promoção de exportações.

Há ainda outros riscos, como o destacado por Gonçalves et al. (1998), que se encontra na sustentabilidade do padrão de financiamento externo a partir do IDE. Para os autores, o IDE tem um comportamento marcadamente cíclico, profundamente dependente do desempenho econômico dos países desenvolvidos e da conjuntura macroeconômica internacional, além das estratégias das empresas transnacionais, o que reforça a “vulnerabilidade externa” da economia brasileira.

5. Considerações finais

A expansão recente do fluxo de IDE para a economia brasileira faz parte de uma tendência global da economia mundial e de um conjunto de estratégias perante o novo ambiente competitivo internacional.

A análise dos determinantes desse ciclo, como crêem alguns, mostra que o mesmo, longe de estar associado ao dinamismo da economia e à estabilidade macroeconômica do país, encontra-se atrelado ao “conjunto de mudanças no jogo competitivo” (Comin, 2000), vinculado aos processos de desregulamentação, liberalização

comercial e financeira e privatizações ocorridos na última década, como referido em vários momentos desta análise.

Em face desse quadro, longe de existir unanimidade, o IDE tanto pode ser avaliado pelo ângulo das oportunidades de negócios, como pela “invasão estrangeira” na economia.

Embora contraditório, os resultados do IDE quanto à dinâmica da economia brasileira são de sinal positivo.

Entre as principais restrições que se colocam às características do fluxo de IDE está o fato do mesmo associar-se fundamentalmente ao processo de F & A e de privatizações da década de 90, estando direcionado para empresas já instaladas em vez de criar novas plantas, além de destinar-se prioritariamente para o setor de serviços.

Esses elementos expõem uma situação de “vulnerabilidade externa” da economia brasileira. O grande desafio, portanto, parece ser o de minimizar as restrições externas. Para isso, parece ser, nos marcos do sistema, fundamental a defesa da concorrência a fim de preservar condições de competitividade para a economia nacional, sendo desejável a atuação de órgãos reguladores. Além disso, é prioritária uma estratégia de política econômica que reative políticas setoriais, que tentem fortalecer o setor exportador e procurem garantir a geração de renda local.

Referências bibliográficas

- BARROSO, Liliane Cordeiro; MELO, Maria Cristina P. de. Investimento externo setorial no Brasil: uma qualificação das atividades tecnológicas. In: **V Encontro Nacional de Economia Política**. Fortaleza, 2000.
- COMIN, Alexandre. Verdades e mentiras sobre a onda recente de penetração estrangeira no Brasil. In: **V Encontro Nacional de Economia Política**. Fortaleza, 2000.
- COUTINHO, Luciano; BALTAR, Paulo; CAMARGO, Fernando. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: **OIT. Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo et. al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

- LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. Notas sobre a característica e o perfil do fluxo recente de investimentos diretos estrangeiros na economia brasileira. In: **V Encontro Nacional de Economia Política**. Fortaleza, 2000.
- LAPLANE, Mariano et. al. Internacionalização e vulnerabilidade externa. In: LACERDA, Antônio Corrêa (Org.). **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. São Paulo: Contexto, 2000.
- MATESCO, Virene Roxo; LIMA, Maria Fernanda F. de; DEANA, Tatiana. Fluxos mundiais de investimentos: a internacionalização da economia brasileira. In: LACERDA, Antônio Corrêa (Org.). **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial: integração regional & desenvolvimento sustentável**. Petrópoles: Vozes, 1993.
- ZOCKUN, Maria Helena. Desnacionalização e vulnerabilidade externa. In: LACERDA, Antônio Corrêa (Org.). **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. São Paulo: Contexto, 2000.
- WORLD INVESTMENT REPORT. UNCTAD, 1997, 1999.